

Sinais não-verbais da dissimulação: inatos ou adquiridos?

Non-verbal clues of lies: learned or natural?

Mônica Portella ^{*,I}; Cynthia Clark ^{**,II}

^I Univesidade Estácio de Sá

^{II} Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

A dissimulação pode ser descoberta devido a fatos ou pessoas, ou em função da conduta de quem dissimula. Este estudo objetivou verificar: 1) Se o comportamento não-verbal de deficientes visuais é diferente do de pessoas com visão normal ao dissimular. 2) Se o treinamento é capaz de melhorar a habilidade de identificação da dissimulação por meio do comportamento não-verbal. Foi realizada uma pesquisa, onde pessoas com deficiência visual e com visão normal ("atores") deveriam dissimular e falar a verdade. Estudantes de Psicologia (juízes) deveriam identificar, por intermédio de vídeos, se os "atores" estavam dissimulando ou não. Primeiramente, juízes sem treinamento avaliavam se os "atores" estavam ou não dissimulando. Posteriormente, recebiam treinamento sobre pistas não-verbais de dissimulação, para avaliar mais uma série de vídeos. Os resultados mostraram que o comportamento não-verbal de deficientes visuais é diferente ao dissimular e que o treinamento melhora a habilidade dos juízes em identificar a dissimulação.

Palavras-chave: Comunicação não-verbal, dissimulação, mentira, emoção e cegos.

ABSTRACT

Lies could be uncovered by facts and/or by clues in liar behavior, such as non-verbal behavior. This study objective is to verify if: 1) blindness non-verbal behaviour during deceit defer of lying non-verbal behavior of normal sight. 2) training improve the hability to identify deception non-

verbal clues. In this study blind and normal sight people were video taped when they were lying and telling the true about a newspaper article. Before that psychology students (judges) tried to identify if people who were video taped were lying or telling the true. First the judges need to identify (without training) if people (blind or normal sight) at the video tape were lying or telling the true, after that the judges received trainment about non verbal clues of deceit. After trainment they need to identify again when people (blind or normal sight) were lying or telling the true. Acording to the results blind non-verbal behavior during deception is different. Trainment improve judgment hability to detect deceit.

Keywords: Non-verbal behaviour, deceit, lies, emotion and blind.

INTRODUÇÃO

A dissimulação é uma característica tão central na vida que um melhor conhecimento desta será relevante para a compreensão de quase todos os comportamentos humanos (EKMAN, 1985). As dissimulações acontecem em diversas situações. Dependendo do contexto em que ocorrem, dela podem advir sérias conseqüências. As dissimulações, às vezes, podem ser descobertas devido a fatos ou pessoas que a contradigam e/ou em função de indícios na conduta do dissimulador, como seu comportamento não-verbal, por exemplo. De acordo com DePaulo, Kashy, Kirkendol, Wyer e Epstein (1996), as pessoas costumam dissimular em cerca de 25% de suas interações diárias, no entanto, tendem a dissimular menos (em sua interações) para as pessoas das quais se sentem mais próximas, como um amigo ou a esposa/marido (DEPAULO; KASHY, 1998).

Uma das razões mais comuns que levam as pessoas a dissimular é a autoproteção psicológica do embaraço, perda ou dor emocional (DEPAULO, KASHY, KIRKENDOL, WYER e EPSTEIN, 1996). Portanto, a dissimulação tem utilidade pessoal e social. Por outro lado, podem-se imaginar algumas situações em que se faz necessário identificar a dissimulação, situações em que esta pode ter uma implicação grave, muito diferente da dissimulação social.

Cabe destacar ocasiões onde se torna imperativo detectar a dissimulação, como: 1) Um psicólogo, ao entrevistar um detento, a fim de elaborar uma avaliação de soltura, deverá ter conhecimentos para detectar a dissimulação, pois será um dos responsáveis pelo ajustamento deste à sociedade. 2) Um juiz, ao dar o veredicto final de um processo, deve estar atento aos sinais indicadores de dissimulação a fim de proceder com justiça. 3) Um empresário poderá evitar problemas futuros se estiver habilitado para reconhecer tais sinais, ao estabelecer uma negociação. 4) Um professor, ao lidar com um aluno que, por diversas vezes, comparece às aulas machucado, poderá aceitar, ou não, a desculpa de que este está sempre caindo, por exemplo, e, assim, deixando de perceber uma situação de violência doméstica.

Psicólogos clínicos têm empregado tradicionalmente sonhos, associações livres, esquecimentos e atos falhos para descobrir problemas que os pacientes ocultam deles próprios e de seus psicólogos. Freud e seus seguidores, por exemplo, se utilizaram destas pistas para trabalhar terapêuticamente as contradições de seus pacientes. A gestalt-terapia igualmente se utiliza de técnicas para detectar estas contradições e trabalhá-las no setting terapêutico. Enfim, os comportamentos não-verbais também constituem uma fonte de acesso aos estados emocionais do paciente (OTTA, 1994). Várias pesquisas vêm sendo realizadas, principalmente a partir de 1960, com o objetivo de verificar a capacidade de observadores ingênuos em determinar quando alguém

está dissimulando, bem como quais indicadores de dissimulação são identificados pelos observadores (EKMAN; FRIESEN, 1974a; EKMAN, 1985) .

Ekman e Friesen (1974a) propuseram que certos aspectos do comportamento não-verbal poderiam escapar à censura ou servir para manter a dissimulação mais que outros aspectos. Quando o indivíduo está engajado na dissimulação, seu corpo, mais que sua face, aparece como uma fonte de dissimulação. Ekman e Friesen (1974b) verificam que o corpo, apesar de parecer mais confiável, revela ao observador tanto o que a pessoa está realmente sentindo, quanto o fato de que alguma coisa está faltando. As pessoas, em geral, estão mais conscientes de seu comportamento facial do que de sua atividade corporal e, por isso, são mais capazes de dissimular com a face do que com o corpo.

Em um estudo, Ekman e O'Sullivan (1991) avaliaram a habilidade de detectar a dissimulação de 509 pessoas que desenvolviam atividades diversas. Os grupos avaliados foram os seguintes: 1) Profissionais do serviço secreto americano. 2) Membros da CIA, FBI, NSA, exército, marinha e aeronáutica dos EUA. 3) Juízes de direito. 4) Policiais. 5) Psiquiatras. 6) Um grupo de pessoas que exerciam diferentes atividades como, homens de negócios, donas de casa, advogados, enfermeiras, psicólogos. 7) Estudantes de Psicologia. Os sujeitos assistiram a um vídeo que mostrava dez pessoas que poderiam estar mentindo ou falando a verdade ao descrever seus sentimentos. Apenas os profissionais do serviço secreto tiveram um acerto acima do considerado acaso. Eles foram significativamente mais acurados que todos os outros grupos. Quando não se levava em conta os grupos por ocupação, mas pelos resultados obtidos, aqueles que tiveram melhor desempenho utilizaram-se de dicas comportamentais para realizar a avaliação, ou dicas comportamentais somadas às dicas verbais, enquanto que os que tiveram um desempenho fraco se utilizaram apenas das dicas verbais.

Pereira, Portella, Abreu e Telles (1998) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar se o estudante de Psicologia está capacitado a detectar a dissimulação. Para este fim, foi elaborada uma investigação onde 108 estudantes dos últimos períodos do curso de Psicologia deveriam identificar se pessoas estavam dissimulando ou falando a verdade através de vídeos. Os vídeos foram compostos por quatro esquetes, contendo dois relatos falsos e dois verdadeiros, sendo que ambos os entrevistados foram expostos a duas situações de entrevista (verdade e dissimulação).

Após assistir a cada um dos quatro esquetes, os participantes deveriam se submeter a uma avaliação, indicando se os atores estavam dizendo a verdade ou se estavam dissimulando, bem como listar as pistas não-verbais relacionadas à dissimulação.

Os resultados indicaram que os estudantes de Psicologia não foram capazes de identificar quando os entrevistados estavam dissimulando ou falando a verdade. Verificou-se ainda que os participantes obtiveram maior índice de acerto quando os entrevistados do sexo feminino estavam dissimulando ou falando a verdade, em comparação com os entrevistados masculinos, respectivamente. Conclui-se que os estudantes de Psicologia que participaram da pesquisa, em geral, não estão capacitados a identificar a dissimulação através de indícios não-verbais.

Zuckerman, Koestns e Alton (1984) examinaram se é possível aprender a detectar a dissimulação e o que proporcionaria tal aprendizado. Concluíram que o treinamento e a prática aumentam a acuidade da detecção da dissimulação.

Como foi visto acima, detectar a dissimulação é uma tarefa difícil para a maioria das pessoas.

Na próxima sessão abordam-se as regras de demonstração para, em seguida, lançar mão da proposta da presente pesquisa.

REGRAS DE DEMONSTRAÇÃO E DEFICIÊNCIA VISUAL

Embora os movimentos expressivos tenham uma origem filogenética, isto é, sejam inatos, há toda uma aprendizagem social que os lapida e os estiliza segundo regras culturais (regras de demonstração). Por exemplo, não é socialmente adequado rir em velórios ou demonstrar medo ou raiva em certas situações. Em algumas situações devemos colocar uma "máscara", ocultando ou substituindo emoções negativas ou não condizentes com o contexto social (SILVA, 1990).

As regras de demonstração podem ser definidas como normas que regulam o controle do rosto e da expressão da emoção. Ou seja, essas são normas, convenções e hábitos desenvolvidos pelas culturas para gerirem as expressões emocionais, definindo quem pode revelar o que, quando e de que forma (EKMAN, 1980; EKMAN, 2003a).

De acordo com alguns pesquisadores, existem regras culturais capazes de modular, modificar e controlar a musculatura facial, ou seja, a expressão de emoções. Segundo Machado (1995), pode-se esperar espontaneidade total nas expressões emocionais de crianças, mas, à medida que as crianças são socializadas, elas aprendem o que devem e o que não devem expressar nas situações em que se encontram. Por exemplo, no Brasil, constantemente escuta-se a frase "Homem não chora". Pode-se observar, freqüentemente, que quando um menino chora, alguém o repreende e o lembra de seu papel social. Depois de um período de tempo, a "regra" se torna um hábito superaprendido, passando a funcionar automaticamente, sem que a pessoa precise devotar atenção à tarefa conscientemente. Assim, em vez de chorar ou demonstrar tristeza, o homem substituirá a expressão original por uma expressão mais aceita socialmente, como a raiva.

Em suma, pode-se dizer que as regras de demonstração decorrem de uma aprendizagem que se dá, em grande parte, durante a infância e a adolescência, mas que continua ao longo da vida. Desta forma, a pessoa portadora de deficiência visual terá seu aprendizado social dificultado, uma vez que não tem a possibilidade de modelação e modelagem do comportamento não-verbal.

A literatura mostra que cegos congênitos expressam suas emoções na face apenas para ilustrar que o fenômeno tem uma origem genética, pois a aprendizagem social por modelagem e modelação visual estaria ausente (CHARLESWORTH e KREUTZER, 1973, *apud* CASTANHO, 1996).

Thompson (1941), citado por Castanho (1996), sugeriu que há, com o passar do tempo, um decréscimo na atividade de sorrir e rir em cegos congênitos, por uma ausência de reforço visual. Haveria ainda uma menor variabilidade de expressões faciais nestes indivíduos do que naqueles que enxergam, porque inexistente a imitação visual, que contribui para a estilização das expressões faciais da emoção.

Castanho e Otta (1999) realizaram um estudo, cujo objetivo principal foi avaliar o sorriso falso e o sorriso verdadeiro de crianças cegas e crianças com visão normal. Participaram do estudo 168 estudantes, que avaliaram expressões faciais obtidas em um estudo prévio (CASTANHO, 1996).

Os participantes avaliaram a expressão facial de seis meninas, sendo três deficientes visuais e três com visão normal. A idade dos modelos variou de 10-12 anos. Para este fim, foram apresentados trechos de um vídeo previamente editado e estes foram escolhidos de modo que cada modelo tivesse apresentado uma expressão facial neutra, uma expressão de alegria produzida e uma expressão de alegria autêntica.

As autoras encontraram interação significativa entre expressão facial e condição de visão para os atributos de alegria e espontaneidade, ou seja, quando ambas os modelos apresentavam um sorriso espontâneo, eles produziam nos juízes impressões similares quanto à alegria e à espontaneidade.

No entanto, as crianças com visão normal tendem a ser mais bem avaliadas quando posam um sorriso. As crianças com visão normal obtiveram julgamentos equivalentes de alegria para ambos os tipos de sorriso (espontâneo e produzido). Os deficientes visuais, por sua vez, foram percebidos como menos alegres, quando apresentavam o sorriso produzido.

Em suma, as modelos de ambos os grupos com faces sorridentes foram julgadas melhor do que quando apresentavam face neutra. Os participantes não distinguiram o sorriso produzido do espontâneo, exceto na avaliação de alegria no grupo de deficientes visuais, ao darem uma melhor nota para o sorriso espontâneo.

De acordo com Silva (2000), o sorriso produzido artificialmente pelos deficientes visuais (sorriso falso) não engana. Isto ocorre porque não houve ajustes através da modelagem visual.

Segundo estudos de observação, crianças cegas não produzem gestos de comunicação que são tipicamente produzidos por crianças com visão normal na fase pré-lingüística. Por exemplo, apontar para um objeto, mostrar o que desejam, pedir algo (MILLS, 1988).

Urwin (1979) observou que crianças cegas na fase pré-verbal, observadas por ele longitudinalmente, empregavam gestos para chamar a atenção ou para apontar para objetos distantes.

De acordo com Iverson, Heather, Tencer e Goldin-Meadow (2000), o fato de as crianças cegas usarem movimentos consistentes para chamar a atenção dos outros sugere que a visão não é essencial para essas crianças descobrirem que as mãos e o corpo podem ser empregados na comunicação.

Iverson, Heather, Tencer, Lany e Goldin-Meadow (2000) observaram que as crianças cegas produzem gestos durante a fase de aquisição da linguagem (quando produzem apenas uma palavra). Ao se compararem as crianças cegas com as de visão normal, observou-se que as primeiras produziam menos gestos. As crianças cegas se limitavam a indicar objetos próximos, enquanto as crianças com visão normal estavam capacitadas a interagir com maiores distâncias. Isto sugere que os gestos desempenham papéis diferentes para as crianças cegas e normais, indicando que o aparecimento destes é inato e ocorre independentemente da experiência visual.

Infelizmente, a literatura sobre as diferenças existentes na comunicação não-verbal de indivíduos cegos e com visão normal é escassa. Nela não foram encontrados estudos sobre o comportamento não-verbal na dissimulação de pessoas cegas, nem estudos comparando o comportamento não-verbal na dissimulação de pessoas cegas e pessoas com visão normal.

Desta forma, tomando-se como base que as regras de demonstração dependem da aprendizagem por observação e que esta aprendizagem é diferente em indivíduos portadores de deficiência visual e sem deficiência visual, bem como a habilidade de dissimular, foram elaboradas as seguintes hipóteses: 1. Como dissimular depende da aprendizagem por observação e modelagem, há diferença significativa no comportamento não-verbal de pessoas cegas e de pessoas com visão normal ao dissimular. 2. As pessoas com deficiência visual apresentarão menor número de pistas não-verbais de dissimulação do que as pessoas com visão normal, uma vez que não têm possibilidade de modelação e modelagem através da visão. 3. O treinamento irá melhorar a habilidade dos juízes para identificar a dissimulação nos dois grupos.

MÉTODO

Participantes

Fizeram parte da pesquisa, como "juízes", 76 (setenta e seis) pessoas de ambos os sexos (11 homens e 65 mulheres) e estudantes de Psicologia, com idade variando de 17-54 anos.

Participaram como, "atores", 20 pessoas com idade variando de 22 a 70 anos, deficientes visuais e com "visão normal".

Instrumentos

Vídeos:

Foram utilizados cinco vídeos, contendo oito esquetes com duração de aproximadamente cinco minutos cada, mostrando quatro relatos verdadeiros e quatro falsos, de duas pessoas portadoras de deficiência visual e duas pessoas com visão normal.

Os participantes do vídeo foram submetidos a duas situações, sendo que, em uma das situações, os entrevistados foram orientados a dizer a verdade sobre um artigo de jornal a respeito da cidade do Rio de Janeiro. Na outra situação, as pessoas foram orientadas a dissimular a respeito de um outro artigo, com conteúdo negativo sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para este fim, os entrevistados participaram de uma entrevista dirigida, a respeito do artigo lido.

Foi lido para os entrevistados, individualmente, um artigo a respeito da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, os entrevistados foram orientados a falar a verdade sobre o artigo lido, com o intuito de convencer o entrevistador de que o artigo elogiava a cidade do Rio de Janeiro (situação 1- verdade). Posteriormente, os participantes foram expostos a um artigo que apresentava problemas relacionados à cidade do Rio de Janeiro (artigo com teor negativo), sendo que estes foram orientados a dissimular para o entrevistador a respeito do artigo (situação 2 - dissimulação). Ao dissimular, o participante deveria convencer o entrevistador de que teve acesso a um artigo que forneceu informações positivas sobre a cidade. As situações experimentais foram apresentadas em ordem inversa, ou seja, metade dos participantes falou a verdade sobre o artigo (situação 1- verdade). Em seguida, eles dissimularam sobre o artigo (situação 2 - dissimulação). A outra metade dos participantes primeiramente dissimulou sobre o artigo (situação 2- dissimulação), falando a verdade em seguida sobre o artigo (situação 1- verdade).

Os vídeos utilizados na pesquisa foram editados, resultando em um total de cinco fitas de vídeo (contendo oito esquetes cada uma).

Questionário:

Foi elaborado um questionário, com perguntas relativas ao vídeo apresentado. Este questionário foi composto por duas perguntas, sendo uma pergunta objetiva e uma aberta. Essas perguntas deveriam ser respondidas em cada um dos esquetes apresentados.

Televisão e aparelho de vídeo cassete:

Para apresentar os vídeos para os juízes.

Procedimento

Pré-teste - Decodificação da dissimulação em adultos portadores ou não de deficiência visual

ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 6, N. 2, 2º SEMESTRE DE 2006

Os juízes foram contatados em seus locais de estudo e convidados a participar de uma pesquisa sobre a avaliação do comportamento não-verbal da dissimulação.

Uma vez obtida a concordância em participar da pesquisa, tinha início o pré-teste. A avaliação dos vídeos foi realizada durante o horário de aula, na própria sala de aula, previamente preparada e aparelhada com televisão e vídeo.

Primeiramente, o pesquisador explicou de forma sintética o objetivo da pesquisa e forneceu informações sobre a elaboração dos vídeos apresentados. Em seguida, orientou os participantes em relação à observação do vídeo e à forma pela qual deveriam responder os questionários.

Os participantes observaram um vídeo que continha oito esquetes, com duração de aproximadamente cinco minutos cada. Após a apresentação do vídeo, os participantes deveriam responder a um questionário. Vale lembrar que os participantes podiam fazer anotações referentes aos esquetes apresentados durante a exibição dos vídeos.

Treinamento dos juízes

Os juízes foram submetidos a um treinamento intensivo, com duração de aproximadamente dez horas. Nesse treinamento, os juízes aprenderam a identificar a dissimulação por meio do comportamento não-verbal (gestos, face e paralinguagem). Após as aulas teóricas e discussão sobre indícios no comportamento não-verbal indicadores de dissimulação, os juízes assistiram a um vídeo de treinamento, diferente do vídeo empregado no pré-teste, onde identificaram se os indivíduos do vídeo estavam dissimulando ou falando a verdade. Os juízes precisaram listar as pistas não-verbais indicadoras de dissimulação que foram capazes de identificar no vídeo. Em seguida, realizou-se uma discussão acerca do vídeo – treinamento, com objetivo de aprimorar os conhecimentos recém adquiridos pelos juízes.

Pós-teste - Decodificação da dissimulação em adultos portadores ou não de deficiência visual

A avaliação dos vídeos foi realizada após o treinamento dos juízes, durante o horário de aula, na própria sala de aula, previamente preparada e aparelhada com televisão e vídeo, sendo que o intervalo entre a fase de treinamento e o pós-teste foi de uma semana.

Primeiramente, o pesquisador forneceu, mais uma vez, informações sobre a elaboração dos vídeos apresentados. O pesquisador também orientou os participantes em relação à observação do vídeo e à forma pela qual deveriam responder ao questionário.

Após a distribuição de questionários e esclarecimento de dúvidas, apresentou-se um outro vídeo com oito esquetes, contendo quatro relatos falsos e quatro verdadeiros. Todos os vídeos foram compostos por oito esquetes, sendo que a ordem desses nos vídeos variou aleatoriamente. Após a exibição do vídeo, os participantes responderam ao questionário relativo ao mesmo.

Finalmente o pesquisador conduziu a sessão de desprevenção, onde explicou os objetivos reais da pesquisa.

RESULTADOS

Realizou-se o teste Chi-Quadrado, para comparar o número de acertos e erros no pré e pós-teste. Com esta análise, buscou-se verificar se o treinamento levou a maior acurácia na identificação da situação verdade/dissimulação. Comparou-se o desempenho dos participantes na etapa um e na

etapa três, em todas as situações: mulher cega mentindo, mulher cega falando a verdade, homem cego mentindo, homem cego falando a verdade, mulher normal mentindo, mulher normal falando a verdade, homem normal mentindo e homem normal falando a verdade. Os resultados obtidos são apresentados e comentados a seguir.

Tabela 1: Resultados do Chi-Quadrado em Todas as Condições

Etapa		MCM	MNM	HCM	HNM	MCV	MNV	HCV	HNV
1	Chi-Quadrado	30,32	4,26	4,26	11,84	23,21	1,31	7,58	0,47
	Graus de Liberdade	1	1	1	1	1	1	1	1
	P	0,000	0,039	0,039	0,001	0,000	0,251	0,006	0,491
3	Chi-Quadrado	64,47	32,89	11,82	38,37	60,82	47,37	21,05	17,05
	Graus de Liberdade	1	1	1	1	1	1	1	1
	P	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

* Mulher Cega Mentindo (MCM), Mulher Normal Mentindo (MNM), Homem Cego Mentindo (HCM), Homem Normal Mentindo (HNM), Mulher Cega Falando a Verdade (MCV), Mulher Normal Falando a Verdade (MNV), Homem Cego Falando a Verdade (HCV) e Homem Normal Falando a Verdade (HNV).

A tabela acima mostra os resultados para cada uma das situações no pré e no pós-teste, quando na comparação do número de acertos obtidos.

Ao se analisarem os resultados acima, é possível constatar que os participantes não acertaram significativamente na primeira etapa (pré-teste), quando as mulheres normais estavam falando a verdade e quando os homens normais estavam falando a verdade. Ou seja, esses resultados não se afastaram significativamente do considerado acaso. Os participantes acertaram significativamente quando os entrevistados estavam dissimulando e/ou falando a verdade em todos os outros casos, no que se refere ao pré-teste. Ou seja, para todos os outros casos, o índice de acerto encontrado foi maior do que o esperado acaso.

A análise dos resultados da etapa três (pós-teste) revelou que os participantes obtiveram um índice de acerto significativo no que se refere à análise do comportamento não-verbal da dissimulação/verdade em todos os casos analisados (isto é os participantes acertaram significativamente quando os entrevistados cegos/normais estavam dissimulando/falando a verdade). Este dado indica que o treinamento foi eficaz em melhorar o índice de codificação da verdade/dissimulação, uma vez que o índice de acerto foi superior ao considerado acaso.

No que se refere à etapa um (pré-teste), verificou-se que: 1) Os participantes obtiveram um índice de acertos significativamente maior quando avaliaram o comportamento não-verbal da dissimulação de pessoas cegas. Ou seja, a hipótese de que há diferença significativa no comportamento não-verbal de pessoas cegas e de pessoas com visão normal ao dissimular foi confirmada, ao analisar os dados obtidos na etapa um – pré-teste. 2) Observou-se, ainda, que as mulheres - tanto cegas quanto normais - dissimulam pior do que os homens - tanto cegos quanto normais. 3) A análise dos resultados indicou também que não houve diferença significativa na identificação da dissimulação/verdade.

Na etapa três (pós-teste), verificou-se que: 1) Os participantes conseguiram acertar na maioria dos casos quando as pessoas cegas, bem como quando as pessoas com visão normal, estavam dissimulando/falando a verdade. Isto ocorre em função do treinamento que foi fornecido aos participantes. Assim, a terceira hipótese foi confirmada. Ou seja, de que o treinamento melhora a performance dos avaliadores no que se refere à identificação da dissimulação. 2) Assim, como no pré-teste, as mulheres - tanto cegas quanto normais - dissimulam pior do que os homens - tanto cegos quanto normais. 3) A análise dos resultados indicou, ainda, que não houve diferença significativa na identificação da dissimulação/verdade na terceira etapa (pós-teste).

Em seguida, foi realizado o teste t, com o objetivo de computar os acertos de forma separada para cada uma das situações: pessoas cegas, pessoas com visão normal, homens, mulheres, mentira e verdade.

Tabela 2: Teste t: Análise da Etapa 1 (Pré-teste)

	Média de acertos	T	Graus de liberdade	P
Cegos	2,87	2,83	75	0,006
Normais	2,42			
Homens	2,51	1,87	75	0,065
Mulheres	2,78			
Mentira	2,75	1,54	75	0,128
Verdade	2,54			

A análise dos resultados do teste t indica que houve diferença significativa no número de acertos no reconhecimento no total de cegos e normais. Ou seja, verificou-se que o número de acertos quando o "entrevistado" era cego foi significativamente maior quando o "entrevistado não era cego" na fase de pré-teste.

Tabela 3: Teste t: Análise da Etapa 3 (Pós-teste).

	Média de acertos	T	Graus de liberdade	P
Cegos	3,368	0,390	75	0,698
Normais	3,316			
Homens	3,052	4,235	75	0,000
Mulheres	3,632			
Mentira	3,342	0,00	75	1
Verdade	3,342			

A análise dos resultados do teste t indica que houve diferença significativa ao comparar-se o total de acertos no grupo de homens e mulheres. Ou seja, os participantes foram mais precisos na avaliação das mulheres do que na avaliação dos homens. No entanto, não houve diferença significativa quando comparados cegos e normais e situações de dissimulação/verdade na etapa três (pós-teste).

Gráfico 1: Número de Sinais Não-verbais Indicadores de Dissimulação Percebidos Pelos Participantes no Pré-teste (Etapa 1).

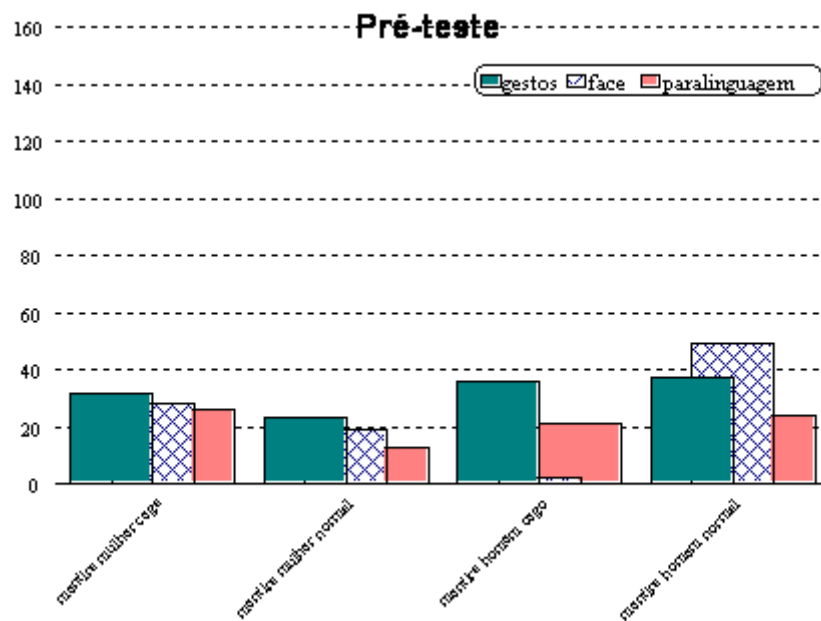
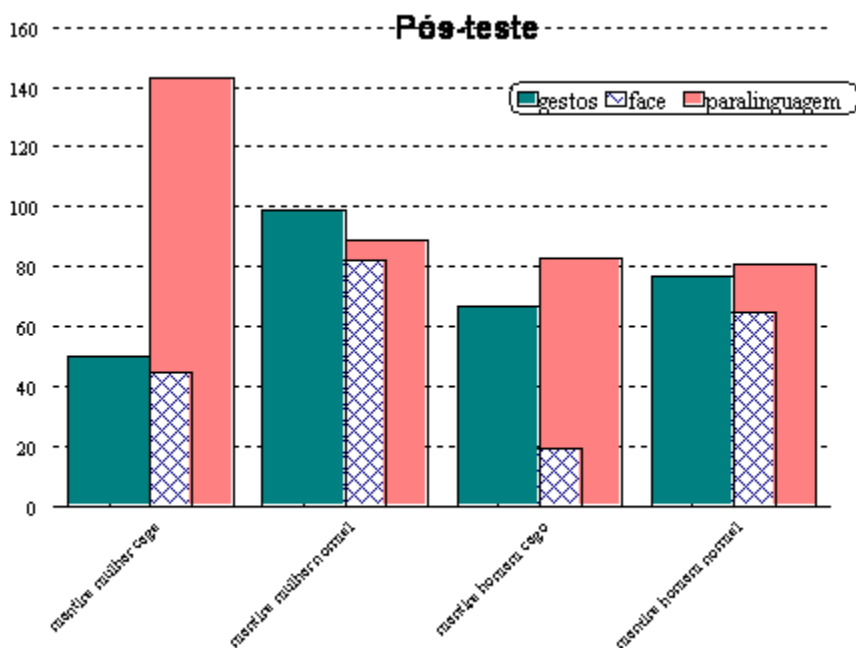


Gráfico 2: Número de Sinais Não-verbais Indicadores de Dissimulação Percebidos Pelos Participantes no Pós-teste(Etapa 3).



Ao analisar os dois gráficos acima, pode-se perceber que os participantes enumeraram um maior número de sinais não-verbais indicadores de dissimulação na fase de pós-teste, em comparação com a fase de pré-teste. Isto é, os participantes foram capazes de identificar mais pistas indicadoras de dissimulação gestuais, faciais e paralingüísticas depois do treinamento, em todas as condições analisadas.

Os participantes observaram, também, mais sinais não-verbais de dissimulação paralingüísticos tanto nos homens quanto nas mulheres cegas na fase de pós-teste, em comparação com os sinais gestuais e faciais apresentados pelos mesmos.

Observou-se, de acordo com o gráfico 2, que os participantes perceberam menos sinais gestuais e faciais indicadores de dissimulação tanto para homens quanto para mulheres cegas, na fase de pós-teste. Esses resultados corroboram a hipótese 2, segundo a qual pessoas com deficiência visual apresentaram menor número de pistas não-verbais de dissimulação do que as pessoas com visão normal.

DISCUSSÃO

Através da análise dos resultados constatou-se que "existe diferença significativa no comportamento não-verbal das pessoas cegas e das pessoas com visão normal ao dissimular", confirmando-se assim a primeira hipótese. Uma explicação para este fato é que as pessoas cegas não têm como apreender através da modelagem e da modelação visual.

Não houve diferença significativa ao se comparar pessoas cegas e com visão normal no pós-teste. Isto aconteceu, pois os participantes da pesquisa tomaram parte de um treinamento sobre as pistas não-verbais de dissimulação, logo, estes foram capazes de reconhecer com acuidade tanto indivíduos cegos quanto pessoas com visão normal ao dissimular. Este dado corrobora a hipótese

segundo a qual "o treinamento melhora a habilidade dos participantes para identificar a dissimulação".

Os participantes avaliaram com acuidade quase todas as situações no que se refere à verdade/dissimulação, o que confirma, como explicado anteriormente, a terceira hipótese.

No entanto, os homens cegos dissimulando não foram percebidos com acuidade, mesmo na fase de pós-teste. É possível explicar esse fato de diversas maneiras: 1) O estímulo (fita de vídeo) no pré-teste e no pós-teste não foi "controlado". Assim, o grau de dificuldade do estímulo (fita de vídeo) analisado pelos participantes pode ter levado a incoerências nos resultados. Por outro lado, se o controle do estímulo fosse realmente um problema, poderiam ter sido observadas incoerências em mais casos (demais grupos) e não apenas neste caso (homem cego mentindo). 2) Quase todos os homens cegos que participaram da pesquisa eram advogados ou estudantes de direito. Assim, supõe-se que, em função de sua escolha profissional, essas pessoas aprenderam a dissimular melhor, exercendo um autocontrole maior sobre seus atos não-verbais, fato que dificultou a identificação da dissimulação, mesmo por participantes treinados.

De acordo com a análise dos resultados do pré-teste (onde os juízes sem treinamento avaliaram a dissimulação de pessoas cegas e com visão normal), a margem de acerto dos juízes brasileiros (em torno de 60% - 70%) foi melhor do que a margem de acerto dos juízes leigos norte-americanos (50 %).

Isto indica a influência das regras de demonstração no que se refere à habilidade de dissimular. Como a cultura brasileira é mais demonstrativa do que a cultura norte-americana, provavelmente o brasileiro, ao dissimular, fornece um maior número de pistas não-verbais, sendo mais fácil identificar quando estes estão dissimulando.

Sugere-se uma outra hipótese para a margem de acerto dos juízes brasileiros sem treinamento ter sido maior do que a margem de acerto dos juízes norte-americanos sem treinamento. Talvez os brasileiros sejam mais perceptivos do que os americanos no que se refere à capacidade de decodificar com precisão sinais não-verbais de dissimulação.

Além disso, os juízes podem ter se desempenhado bem no pré-teste pelo fato de serem estudantes de Psicologia, com algum treino em observação comportamental.

A partir da análise dos resultados, verificou-se diferença significativa no comportamento não-verbal de dissimulação de homens e mulheres, sendo que a dissimulação nas mulheres foi percebida com maior acuidade do que nos homens. A pesquisa realizada por Pereira, Portella, Abreu e Telles (1998) corroborou tais dados, uma vez que esses autores também encontraram diferenças no comportamento não-verbal de homens e mulheres ao dissimular, sendo que a dissimulação das mulheres foi percebida com maior acuidade do que a dos homens.

Os homens no Brasil têm menos liberdade para expressar certas emoções negativas em público. As mulheres brasileiras, por sua vez, possuem maior liberdade para expressar emoções. Assim, é provável que os homens brasileiros adquiram um maior autocontrole sobre suas expressões de emoção, o que pode fazer com que estes aprendam a dissimular melhor. As mulheres teriam uma maior abertura, bem como um menor treinamento no que se refere ao controle da expressão de emoções, o que pode contribuir para que estas dissimulem pior do que os homens.

Foram observados significativamente mais sinais não-verbais de dissimulação paralingüísticos tanto nos homens quanto nas mulheres cegas na fase de pós-teste, em comparação com os sinais gestuais e faciais. Os participantes observaram nas mulheres normais mais pistas não-verbais de dissimulação gestuais na fase de pós-teste, enquanto observaram nos homens normais mais pistas gestuais e paralingüísticas indicadoras de dissimulação. Esses resultados indicam

provavelmente que as pessoas cegas fornecem menos indícios não-verbais de dissimulação, faciais e gestuais, do que as pessoas normais. Provavelmente isto ocorre porque os cegos não têm como modelar gestos e expressões faciais.

A análise dos resultados revela que os participantes enumeraram um maior número de sinais não-verbais indicadores de dissimulação na fase de pós-teste; isto é, os participantes foram capazes de identificar mais pistas indicadoras de dissimulação gestuais, faciais e paralingüísticas na fase de pós-teste, em todas as condições analisadas: mulher cega mentindo, mulher normal mentindo, homem cego mentindo e homem normal mentindo. Este resultado, de certa forma, era previsível, pois os participantes passaram por um treinamento teórico-prático que supostamente deixaria sua percepção da dissimulação mais acurada, o que de fato aconteceu.

Em suma, o treinamento fornecido aos juízes melhorou a capacidade de perceber os sinais não-verbais de dissimulação, tanto em pessoas cegas quanto em pessoas com visão normal, sendo que autores como Ekman e O'Sullivan (1999), Navarro e Schafer (2001) sugerem que o treinamento é importante para identificar a dissimulação por meio de pistas não-verbais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTANHO, A.R.S.P. **A face de crianças deficientes visuais: expressões de emoções e percepção social de seus sorrisos.** 1996. 97 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da USP, São Paulo.

CASTANHO, A.P.; OTTA, E. Decoding Spontaneous and posed smiles of children who are visually impaired and sighted. **Journal of visual impairment & blindness**, New York, v. 93, n. 10, p. 659-662, 1999.

DEPAULO, B.M.; KASHY, D.A. Everyday lies in close and casual relationship. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, n. 74, p. 63-79, 1998.

DEPAULO, B.M.; KASHY, Kirkendol, S.E. ;WYER, M.W. ; EPSTEIN, J.A. **Lying in everyday life.** **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, n. 70, p. 979-995, 1996.

EKMAN, P. **Emotion Revealed.** New York: Times Books, 2003a.

EKMAN, P. (2003b). A universalidade das emoções. In: DALAI LAMA; GOLEMAN, D. (Eds) **Como lidar com emoções destrutivas para viver em paz com você e com os outros.** São Paulo: Campus, 2003b. 384 p.

EKMAN, P.; O'SULLIVAN; FRANK, M.G. A few can catch a liar. **Psychological Science**, Washington, v. 10, n.3, p. 263-266, 1999.

EKMAN, P.; O'SULLIVAN, M. Who can catch a liar? **American Psychologist**, Washington, v. 46, n. 9, p. 913-920, 1991.

EKMAN, P. **Telling Lies.** New York: W.W. Norton & Company, 1985.

EKMAN, P. Explanation emotions. In: RORTY, A.O. (Ed.). **Explaining Emotions**, Berkeley: University of California Press, 1980. 545 p.

EKMAN, P., FRIESEN, W. **Unmasking the face**: A guide to recognizing emotions from facial expressions. Palo Alto: Consulting Psychology Press Inc, 1974a.

EKMAN, P.; FRIESEN, W. Detecting Deception from the Body or Face. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 29, n.3, p. 288-298, 1974b.

IVERSON, J.M. ; TENCER, H.L. ; LANY, J. ;GOLDIN_MEADOW, S. (2000). The relation between gesture and speech in congenitally blind and sighted language-learners. **Journal of nonverbal behavior**, New York, v. 24, n. 2, p. 105-130, 2000.

MACHADO, D. Regras de demonstração na expressão das emoções. In: Stingel, A. M. et al. **Motivação e Emoção**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1996.

MILLS, A.E. (1988). Visual impairment. In: BISHOP, D.; MOGFORD, K (Eds.). **Language development in exceptional circumstances**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

NAVARRO, J.; SCHAFER, J.R. Detecting Deception. **FBI Law Enforcement Bulletin**, Washington, v. 70, n. 7, p. 9-13, 2001.

OTTA, E. Verdadeiro e Falso. In: Otta, E. **O Sorriso e Seus Significados**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, C.A.; PORTELLA, M.; ABREU, A. P.; TELLES, V.M.C. Percepção da Mentira: estudantes de Psicologia conseguem identificar a mentira através do comportamento não-verbal? **Cadernos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 89-104, 1998.

SILVA, A.A. Expressões Faciais de Emoções. In: ADES, C (Ed). **Etologia de animais e de homens**. São Paulo: Edusp/Edicon, 1990.

SILVA, A.R. (2000). O papel das expressões faciais de emoções e do sorriso nas relações interpessoais. **Cadernos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 7-16, 2000.

URWIN, C. Preverbal communication and early language development in blind children. **Papers and Reports in Child Language Development**, Stanford, v.17, p. 119-127, 1979.

ZUCKERMAN, M.; KOESTNER, R.; ALTON, A. O. Learning to Detect Deception. **Journal of Personality and Social Psychology**, Arlington, v. 29, n. 3, p. 519-528, 1984

Endereço para correspondência

E-mail: m.portella@uol.com.br, cclark@centroin.com.br

Recebido em: 16/06/2005

Aceito para publicação em: 05/07/2006

Notas

* Doutora em psicologia social pela UFRJ e professora da Universidade Estácio de Sá.

^{**} Doutora em psicologia experimental pela USP e professora da UERJ.